

“ONOLITI”

Crianças parecis são batizadas com festa

A mais importante cerimônia do ano entre os parecis foi comemorada neste fim de semana na Aldeia Seringal, em Campo Novo do Parecis

José Luiz Martins/DC



O cacique Narciso com criança nos braços durante o “Onoliti”, em que seis crianças da aldeia foram batizadas

ANSELMO CARVALHO PINTO
Enviado especial a Campo Novo do Parecis

Com um enorme rádio de pilha à mão, o cacique pareci Narciso Kazaizase impede que jovens da aldeia iniciem uma inocente pelada de futebol, tomando a bola e colocando-a embaixo do braço. “Hoje é festa de índio, não tem jogo de branco”, diz.

Nesse final de semana, a nação pareci, cerca de 950 representantes, realizou a mais importante celebração de sua cultura, a “Onoliti”. A festa aconteceu na aldeia Seringal, próxima a Campo Novo do Parecis (291 km de Cuiabá), onde vivem 62 pessoas, e comemorou o batizado de seis crianças.

A atitude do cacique Narciso diante dos jovens que desejavam jogar futebol mostra o desejo de se preservar uma cultura aos poucos dominada pela influência branca: entre os “peladeiros” destacava-se um com camisa azul-grená do time espanhol Barcelona, com a inscrição Ronaldo às costas.

A fim de mostrar que ainda mantém a velha cultura, os índios, pela primeira vez, abriram a celebração a repórteres. “Queremos provar que nosso povo ainda preserva as tradições”, diz o cacique.

O “Onoliti” é uma celebração em que os parecis comemoram algum evento de importância. Nesse final de semana foi o batizado das crianças.

“A festa é a síntese de toda a cultura e regras parecis”, explica o indigenista Pedro Henrique Passos, da Operação Amazônia Nativa (Opan), a estrada foi pouco discutida para ser implantada de momento.

“É preciso que haja discussão entre as lideranças indígenas para que eles avaliem os reais benefícios e prejuízos da construção”, disse. “Isso ainda não aconteceu”. (Camila Bini/Anselmo Carvalho Pinto)

O jogo é uma espécie de tênis sem rede no qual a raquete é a cabeça. Jogado em grupos, o objetivo é lançar a bola para o lado adversário com a cabeça. Há jogadas que chegam a assustar. Os praticantes se lançam de cara no chão a fim de alcançar uma bola de borracha pouco maior que a de sinuca. Ao final das partidas, os jogadores saem com o peito arranhado e a cara cheia de terra.

O chiconahatin, no entanto, é apenas a primeira das etapas da festa. O principal ainda está por vir.

O “Onoliti” desse ano começou na noite de quinta-feira, com a “dança da jararaca”, da qual mulher nenhuma pôde participar ou mesmo acompanhar. Jararaca é a flauta que os índios tocam a noite inteira. As mulheres são proibidas de ver o instrumento sob pena de serem castigadas por Deus.

Durante toda a “dança da jararaca”, os índios comem de tudo e bebem a chincha, bebida fermentada à base de abacaxi, mandioca ou caju. Os festeiros, pais ou avós das crianças batizadas, bancam a comilança.

Somente na segunda noite, as mulheres começam a participar do “Onoliti”, com a “dança das damas”, que acontece dentro da oca do cacique Narciso, ao final do dia.

Pela madrugada, as mulheres entram nas casas, para que os homens façam a “dança da jararaca” no centro da aldeia, só entre eles. Juntos uns aos outros pelos braços, cantam e comemoram o momento.

O ponto culminante do “Onoliti” acontece quando as crianças são batizadas pelo pajé da aldeia. É o momento em que recebem o nome indígena, sem o qual viveram até o batizado.

Estrada depende de aprovação de Lei Complementar

Especial para o DIÁRIO

“A partir de agora, essa é uma questão estritamente política”, afirmou o procurador da república Roberto Cavalcanti referindo-se à ilegalidade da “MT-235”, estrada que pode viabilizar projeto de rodovia e passa por aldeias parecis, em Campo Novo do Parecis.

De acordo com a Constituição Federal, a ocupação, o domínio ou a posse de área indígena são legal-

mente aceitos apenas se for respeitado o “relevante interesse público da União” (definido como “perigo iminente de agressão externa”, “ameaça de catástrofe ou epidemia” ou “exploração de riquezas naturais inexistentes ou inexploráveis com as técnicas conhecidas”).

Como a “MT-235” não se encaixa em nenhuma dessas definições ela é ilegal. Uma eventual mudança no Projeto de Lei Complementar 260/90 (que regulamen-

ta a questão) depende do parecer do relator da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara de Deputados em Brasília, José Luiz Clerot. A alternativa é pressionar senadores e deputados da região para a reformulação do atual texto da lei 260/90.

Boa parte dos parecis é favorável à viabilização da estrada que cruza a reserva. “Sem a estrada, nós precisávamos andar 125 quilômetros para chegar à cidade”, disse no final

de semana o cacique Narciso Kazaizase, da aldeia Seringal. “Com a estrada, vamos andar somente 20”.

Para o indigenista Pedro Henrique Passos, da Operação Amazônia Nativa (Opan), a estrada foi pouco discutida para ser implantada de momento. “É preciso que haja discussão entre as lideranças indígenas para que eles avaliem os reais benefícios e prejuízos da construção”, disse. “Isso ainda não aconteceu”. (Camila Bini/Anselmo Carvalho Pinto)

Parceria índios-fazendeiros volta à baila

CAMILA BINI
Especial para o DIÁRIO

O projeto de parceria entre índios da região Médio-Norte do estado e produtores agrícolas de Campo Novo do Parecis, Sapezal e Tangará da Serra toma novo rumo a partir de agora. Adquirindo caráter institucional, os próximos passos serão decididos entre índios e prefeituras e a pressão política de senadores e deputados passa a ser imprescindível para a legalização de uma das três estradas que cortam Campo Novo.

A mudança foi acordada na audiência de anteontem, realizada em Cuiabá, em que estiveram presentes lideranças indígenas e as prefeituras de Campo Novo e Sapezal, a Fundação Nacional do Índio (que enviou um representante de Brasília, Wagner Pereira Sena, e o administrador da regional de Tangará da Serra, José Luiz) e o Ministério Público Federal, por meio do procurador da República Roberto Cavalcanti Batista.

No próximo dia 16 haverá reuniões entre os prefeitos de Campo Novo (Alviar “Soni” Rother) e Sapezal (André Maggi), a Funai e os índios das várias aldeias parecis, com a meta de discutir a regularização da assistência que as duas prefeituras já prestam às comunidades indígenas, como por exemplo o uso do Sistema Único de Saúde municipal pelos índios.

A partir do dia 3 de novembro inicia-se a cobrança do pedágio por índios na estrada conhecida como “Nova Fronteira”, de 1984. O valor varia de acordo com o tamanho do automóvel, e vai de R\$ 5 a R\$ 30, como informou o presidente da Associação Halitinã, Daniel Cabixi.

A nova parceria tem como principal objetivo finalizar e legalizar



Procurador Roberto Cavalcanti Batista conversa com prefeitos de Campo Novo do Parecis e Sapezal e representantes da Funai e dos parecis

uma estrada vicinal chamada de “MT-235”, que na verdade seria um prolongamento da rodovia estadual homônima, além de institucionalizar a assistência aos índios, sob a supervisão da Funai.

A “MT-235” é ilegal porque não atende ao “relevante interesse público da União” (ver boxe), além de desrespeitar um mandato proibitório de 91 que impediu a prefeitura de Campo Novo de ingressar em áreas indígenas. Essa estrada começou a ser construída a partir das obras da ponte erguida também ilegalmente sobre o rio Verde. Com a legalização da “MT-235”, os produtores da região poderão

diminuir em 34 quilômetros o trajeto de Campo Novo a Sapezal, além de terem vencido um obstáculo para a concretização do projeto de uma rodovia que ligaria o Médio-Norte mato-grossense à região Norte do país.

A antiga parceria, com arrendamento de terras indígenas, vem sendo criticada pelo Ministério Público, que questiona a viabilidade de três possíveis parceiros, por estarem envolvidos em inquéritos policiais.

A prefeitura de Campo Novo em 1984 construiu a estrada “Nova Fronteira” território indígena, gerando o mandato proibitório de 91. Em 96 a prefeitura ergueu uma ponte de 50 metros sobre o rio Verde (nos limites de aldeias parecis com o município, contrariando decisão judicial. A Cooperativa Agropecuária Mista Vale do Seputuba Ltda. (Coomivale), por problemas de ordem tributária, responde a dois inquéritos policiais, e a Agrofel (Comércio de Produtos Agrícolas Ferrarin Ltda.) a um, relativo à abertura de um “picadão” de 60 quilômetros em área indígena pareci.